

ORGANIZAÇÃO RURAL: FUNDAMENTAL PARA O AVANÇO DO PRODUTOR RURAL

***Roberto Rodrigues**

O movimento cooperativista tem origem simbólica, em 1844, com a fundação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, bairro de Manchester, Inglaterra, por um grupo de tecelões. O cooperativismo evoluiu e conquistou um espaço próprio, definido por uma nova forma de conciliar o homem e as relações de trabalho, visando o bem estar socioeconômico dos envolvidos. Por seus princípios democráticos, o cooperativismo é aceito por todos os governos.

Desse momento histórico até os dias atuais, o movimento cooperativista ganha força a cada dia. No Brasil, segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), são mais de oito milhões de cooperados em quase oito mil cooperativas. O leque de atividades econômicas abrangidas por esse ramo é muito grande, abrangendo toda a cadeia produtiva.

Para falar sobre o assunto e também sobre a organização de produtores rurais em associações, a equipe da Revista Casa da Agricultura entrevistou o engenheiro agrônomo Roberto Rodrigues - ex-ministro da Agricultura, ex-secretário de Agricultura de São Paulo, ex-presidente da Aliança Cooperativa Internacional, e atual coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas e presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - que tem sua trajetória permeada pelos princípios cooperativistas.

RCA - Por favor, fale um pouco sobre a história da organização cooperativista no Brasil e em São Paulo.

RR - Vou falar sob a ótica política e econômica. O cooperativismo tem uma história muito interessante em São Paulo porque o grande *start*, o alavancar do processo foi a imigração japonesa, exatamente há 102 anos.

Quando os japoneses vieram para o Brasil eles trouxeram duas coisas importantes para a gente: uma foi a idéia de abastecimento integrado de hortifrutigranjeiros, inclusive trouxeram variedades que não tínhamos, daí montaram cinturões verdes nas cidades, abastecendo-a de hortifrut. E fizeram isso a partir de cooperativas, porque eram pequenos produtores. Duas grandes cooperativas, Cotia e Sul Brasil, tiveram origem na imigração japonesa. Desde então, esse processo se estendeu, e o interessante é que não houve um sentido organizacional do movimento cooperativista desde o começo. A partir de um certo momento, sob importante liderança da cooperativa Cotia, algumas cooperativas começaram a estruturar uma entidade nacional. De outro lado, outras cooperativas, sob liderança da Monte Pio Cooperativista, estavam organizando outra entidade. Esses dois movimentos foram crescendo separadamente e até em certo momento de forma antagônica, disputando espaço político na conquista da filiação de cooperativas até que, durante o regime militar, entre o final da década de 1960 e início de 1970, teve início um

trabalho para a unificação. O então ministro da Agricultura, Luis Fernando Cirne Lima, conhecia o cooperativismo no Rio Grande do Sul, inclusive o de crédito, decidiu trabalhar pela unificação do movimento cooperativista. Criou um grupo de trabalho liderado por um agrônomo de São Paulo Antonio José Rodrigues Filho, que ao lado de uma equipe muito interessante, da qual faziam parte dois técnicos da Secretaria da Agricultura, Mário Decourt Homem de Mello, diretor do PDV, e Victor Argollo Ferrão Neto (ex-coordenador da CATI) trabalharam a legislação e a base para a montagem do sistema de cooperativismo brasileiro. A partir desse trabalho surgiu a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que congrega 27 organizações estaduais.

Antônio Rodrigues foi o primeiro presidente da OCB, e também da OCESP. A história do movimento, institucionalmente falando, tem essa caminhada.

RCA - Como tiveram início as cooperativas de crédito em São Paulo e no Brasil?

RR - Eu já era presidente de uma cooperativa em Guariba (região de Barretos), quando em 1974, montei uma cooperativa de crédito rural, época em que o movimento ainda era incipiente, com apenas duas ou três unidades no Estado. Tive a sorte de montar essa cooperativa com uma equipe de bancários experientes, que tornou o trabalho profissional, o que garantiu o sucesso. Nessa época, o presidente da Ocesp, Américo Utumi, conheceu a nossa cooperativa e entusiasmado pediu para que eu coordenasse um programa de criação de cooperativas agrícolas de crédito em todo o Estado. Para realizar o trabalho me fiei no exemplo de um grande líder cooperativista, Mário Kruell Guimarães, que havia montado o sistema de crédito cooperativo no Rio Grande do Sul e, também contei com uma equipe experiente.

Montamos 16 cooperativas em um espaço de pouco mais de três anos, o que chamou a atenção do presidente da OCB na época, José Pereira Campos, que a partir da experiência paulista criou uma comissão nacional, presidida por mim, e orientada pelo Mário Kruell para montar cooperativas de crédito por todo o país.

RCA - Como foi o trabalho para a inclusão de artigos sobre o sistema cooperativista na Constituição Brasileira de 1988?

RR - No período da Assembléia Nacional Constituinte, entre 1987 e 1988, vivemos um momento crucial da história do cooperativismo no Brasil. Nessa época, eu era presidente da OCB e montei lobby consistente. Solicitei ao nosso consultor jurídico, José de Campos Mello, um advogado muito competente, que escrevesse uma cartilha sobre o que era Assembléia Constituinte e o que era uma Constituição. A partir dessa publicação, solicitamos às cooperativas brasileiras que apontassem temas que desejariam ver inseridos na Constituição.

Foram meses de trabalho intenso e recebemos as propostas de cada Estado, para então redigir as demandas do cooperativismo brasileiro. Isso que estou contando não está escrito em lugar nenhum e é fundamental para entender a história do cooperativismo brasileiro. As propostas foram analisadas por um comitê de juristas, que eliminou 90% dos temas, por serem inadequados

para a visão constitucionalista que tínhamos. Elencamos, após muitos debates, cinco artigos que representariam a desiderata do cooperativismo brasileiro. **O primeiro tema** era relacionado com a auto-gestão, para acabar com a dependência do Estado pois, até então, uma cooperativa para ser constituída precisava de autorização do Ministério da Agricultura e podia sofrer intervenção a qualquer momento. **O segundo** estava relacionado à necessidade de o Estado estimular e fomentar o cooperativismo, ou seja, auto-gestão de um lado e apoio do outro lado. **O terceiro** era ligado ao cooperativismo de crédito, que naquela época era marginalizado com regras do Banco Central. Queríamos uma isonomia com o sistema nacional. **O quarto** reivindicava que a educação cooperativista fosse uma disciplina obrigatória no ensino de 1.º grau, e **o quinto** tinha a ver com a isenção tributária sobre o Ato Cooperativo.

Com essas definições, criamos uma frente parlamentar do cooperativismo. Conseguimos eleger 47 deputados comprometidos com os cinco artigos. Depois de um mês de trabalho intenso (após as eleições) de divulgação da nossa causa e sensibilização de parlamentares e assessores, tínhamos 217 deputados comprometidos.

RCA - Podemos dizer que todo esse trabalho foi fundamental para o avanço do cooperativismo no Brasil?

RR - Com certeza. Acabamos inserindo quatro dos cinco artigos; só não entrou o de educação, porque na época eu fui convencido pelo Michel Temer, de que havia demanda para educação sexual, ambiental, religiosa; era tanta educação que não tinha currículo escolar para tudo. Entraram, então, os quatro propostos por nós, mais dois relacionados à questão de saúde e às cooperativas de garimpeiros, indicados por outros segmentos. Portanto, hoje, a Constituição Brasileira tem seis artigos que apóiam o cooperativismo, o que transformou o Brasil numa referência mundial, razão pela qual a OCB foi aceita como membro da Aliança Cooperativa Internacional em 1989. No ano seguinte, 1990, fui eleito presidente do Comitê Agrícola da ACI, em 1992 fui eleito presidente do conselho da ACI para o Continente Americano, e em 1997 fui eleito presidente da ACI mundial. Quando saí da presidência, em 2001, deixei o Américo Utumi (que atua na Ocesp) como membro do conselho mundial.

Portanto, por termos feito essa mobilização intensa, criando uma visão integrada do cooperativismo que culminou com a inserção dos artigos na constituinte, conseguimos mudar a história do cooperativismo brasileiro, consolidando a OCB e o sistema cooperativista integrado nacionalmente e com acesso ao movimento internacional.

RCA - Qual o papel do poder público na expansão do cooperativismo e do associativismo?

RR - Muito importante. Em nível nacional existe o Departamento Nacional do Cooperativismo (Denacoop) do Ministério da Agricultura com a função de acompanhar e estimular o cooperativismo nos moldes da constituição brasileira, o que é feito por meio de convênios com a OCB, sobretudo na área de treinamentos, formação de recursos humanos, e que depois ganhou a dimensão maior com a criação do SESCOOP. Em nível estadual, alguns estados têm

institutos ou organismos que cumprem a constituição nacional, apoiando as cooperativas. Em São Paulo é o ICA, órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, [antigo Departamento de Assistência ao Cooperativismo-DAC], que presta esse apoio ao cooperativismo, fazendo um trabalho articulado com a Ocesp e movimentos cooperativistas. É importante ressaltar que São Paulo tem uma história de grande contribuição acadêmica com o cooperativismo, porque o ICA teve uma relação muito estreita com a USP, onde havia uma luminar, a **Dr.^a Diva Benevides Pinho, que deu a linha doutrinária do cooperativismo paulista, juntamente com Valdir Bulgarelli e Maria Henriqueta Magalhães**, e outras pessoas notáveis que formaram os ideais cooperativistas do Estado, e que o Brasil inteiro adotou. Então, o ICA tem realmente uma contribuição relevante na história cooperativista e continua a ter com publicações, apostilas, cartilhas e livros, fomentando a criação de cooperativas e associações em todas as regiões do Estado.

RCA - Em relação ao associativismo, no âmbito do Programa de Microbacias, executado pela CATI, foram criadas e/ou fortalecidas mais de 500 associações e formada uma Federação para que os produtores tenham maior representatividade. Como o senhor vê essa iniciativa?

RR - Acho importantíssimo esse trabalho da CATI. Aliás, a CATI sempre foi um braço fundamental do associativismo em São Paulo. Na minha visão, o que diferencia um país desenvolvido de um não desenvolvido é o grau de organização da sua sociedade. Então a organização da sociedade é fundamental para desenvolver um país. No campo, o associativismo é a base da organização e aqui é preciso entender a gênese do processo organizacional. Normalmente um grupo de pessoas se organiza a partir de um interesse comum: cria-se uma associação para defender os interesses da comunidade, e já temos uma organização política, que pode acabar convergindo para o sindicalismo (braço constitucional e legal da representação), de modo que a relação entre associação e sindicato é muito próxima e positiva. O cooperativismo é o outro degrau da escala da organização, porque é a versão econômica, pois permite que os cooperados passem a comprar e vender em comum, sob o mecanismo de proteção econômica da doutrina cooperativista, cujo objetivo é corrigir o social por meio do econômico. Por isso, a constituição de associações é fundamental para que a sociedade se organize de modo que esse trabalho da CATI tem um papel essencial na inserção do pequeno produtor no mercado.

RCA - Então podemos dizer que a organização viabiliza a produção familiar?

RR - Na economia globalizada, os pequenos e médios produtores vivem uma situação complicada, tendo em vista o fato de que a margem unitária de renda rural é muito pequena e tende a diminuir. A competição leva à redução da margem unitária, de tal forma que só é possível ser competitivo na escala.

Por isso, eu não vejo outra forma de inserção do pequeno produtor familiar no mercado, incluindo o global, que não seja de forma associativa, especialmente em cooperativas, por duas razões essenciais: as cooperativas proporcionam a escala no conjunto, e permite industrializar o produto e

trabalhar com o valor agregado mais alto. Além disso, as cooperativas favorecem acesso às tecnologias e crédito para que os pequenos possam crescer na mesma condição dos grandes. Sendo assim, as cooperativas têm representado uma solução viável para todos.

RCA - Qual o impacto da crise econômica mundial nas cooperativas e no agronegócio brasileiro?

RR - Nós tivemos uma crise asiática no final da década de 1980. Na época observamos que os bancos cooperativos asiáticos sofreram menos do que os convencionais. No banco cooperativo o cooperado é investidor, dono e usuário, então o banco tem que ter uma outra condição de responsabilidade. Nessa crise de 2008/2009, não foi diferente. O sistema financeiro global sofreu um grande abalo, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, e o cooperativismo de crédito sofreu pouco, ao contrário, ficou fortalecido. Essa é uma história importante para ressaltar como o cooperativismo é resistente às crises. E isso não aconteceu só com as cooperativas de créditos mas, também, com as dos segmentos agrícola e industrial.

RCA - Qual o cenário atual do cooperativismo brasileiro?

RR - Às vezes me pergunto: como está o cooperativismo no Brasil? Mas existe um Brasil só? Existem vários *Brasis*, determinados por condições étnicas, culturais, edafoclimáticas, tecnológicas, fundiárias. Não se pode comparar uma agricultura da Serra Gaúcha com um agricultor do Ceará. São mundos diferentes, não há só uma agricultura brasileira, como não há só um cooperativismo. A cooperativa é um reflexo da realidade regional onde está inserida; onde existe cultura associativa, visão de integração e conhecimento do papel solidário, as cooperativas vão bem; onde não há, vão mal e sem paternalismo estatal não funcionam. Se a realidade regional se reflete na cooperativa é evidente que uma diversificação de realidades também acaba refletindo. Eu penso que o grande responsável pelo progresso recente do cooperativismo foi exatamente o conjunto de vitórias da Constituinte, sobre tudo a auto-gestão que fez com que se investisse em gestão, acabando com o amadorismo que quebrou grandes cooperativas. E a OCB, sob moderna liderança vem construindo este movimento sério. Hoje é preciso investir no profissional, na gestão, nas áreas de administração e *marketing*, em tecnologia para aumentar a produtividade dos cooperados. As cooperativas ganharam dimensão diferenciada e destaque contemporâneo, por causa de recursos humanos treinados.

RCA - As cooperativas têm um importante papel no crescimento econômico do país. Qual o seu papel social?

RR - Esse papel está explicitado pelo sétimo princípio do cooperativismo: a preocupação com a comunidade. O cooperativismo tem um papel que transcende o atendimento a seu cooperado para se inserir na comunidade de maneira mais abrangente, seja por conta de seus princípios, seja por interesse de um governo democrático em todas as esferas. Então, cabe aos governos se

aproximarem do cooperativismo para que o país seja melhor socialmente, economicamente e ambientalmente.

RCA - Qual o papel das políticas públicas para as organizações de produtores?

RR - Na economia globalizada, o comércio agrícola é muito prejudicado pelo protecionismo agrícola que os países ricos oferecem a seus agricultores, com subsídios em três níveis: apoio direto, subsídio às exportações e barreiras que impedem o acesso ao mercado. Esses mecanismos não favorecem o comércio livre e exigem dos países que não oferecem subsídios, como é o caso do Brasil, compensações na forma de políticas públicas que estimulem a organização dos produtores, que levem assistência técnica, ofereçam crédito rural adequado que permita a produção de insumos agrícolas selecionados e fiscalizados. As políticas públicas são essenciais em qualquer país do mundo para mitigar a perturbação do mercado global determinada pelo protecionismo dos países desenvolvidos. É absolutamente inviável competir sem políticas públicas compensatórias.

RCA - Quais as perspectivas para o cooperativismo brasileiro?

RR - As perspectivas são crescentemente favoráveis. Na medida em que as cooperativas investiram em gestão, o sistema se mostrou forte diante das crises da economia globalizada. Com os aspectos de defesa estabelecidos na constituição brasileira, o cenário futuro evidencia uma presença mais forte do cooperativismo na economia nacional. E todo esse processo tem sido muito bem conduzido pela direção da OCB.

RCA - Como o senhor analisa a formação dos profissionais que atuarão no meio rural, como articuladores do processo de organização dos produtores?

RR - Na vida temos que ter princípios, valores, conceitos e filosofias. Decidi construir a história da minha como se fosse um trem correndo sobre dois trilhos, o amor e a justiça. Esse trem é movido pelo combustível da esperança, para fazer que a vida tenha sentido, agindo de forma a contribuir para um mundo melhor. De que maneira? Um ensinando ao outro tudo que sabe, pois assim, o conhecimento cresce. Educar é o caminho para construir um mundo melhor coletivamente, através do cooperativismo e o associativismo. E esse é o papel dos técnicos. É preciso que os articuladores da organização em qualquer atividade econômica, social e política tenham esse conceito.

RCA - Por favor, deixe uma mensagem para os produtores rurais.

RR - A cada dia cresce a demanda de produtos agrícolas: alimentos, fibras, energia, pois a população e a renda do planeta têm crescido nos países emergentes. A oferta não tem acompanhado essa demanda, por isso os preços subiram, o que gera crise e inflação. O mundo todo deposita no Brasil a esperança de resolver isso no longo prazo, pois o país tem terra disponível, tecnologia tropical excelente e agricultores muito bons e sérios. Então minha mensagem é: há um cenário muito favorável para produtores brasileiros, mas

para que isso se transforme em realidade é preciso que existam políticas públicas que os apoiem para que possam avançar. É necessário que o produtor faça a lição de casa, que passa pela organização para que possa ter tecnologia, gestão: de recursos humanos, ambiental, sanitária, tributária fiscal. Inclusive, também, porque por meio das cooperativas, associações e sindicatos, os produtores se colocam na discussão para a formulação de políticas essenciais. Estamos recebendo da história uma chance notável e não podemos mais uma vez desperdiçá-la. É preciso assumi-la, vencê-la e construir um mundo melhor.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**